

# **RESCREVENDO A HISTÓRIA DO M'BALUNDO DESDE O REINADO DE KATIAVALA I ATÉ O REINADO DE KATCHIOTIPOLOLO: A BUSCA PELA COMPREENSÃO ANTROPOFILOSÓFICA DO REINO DA TOUPEIRA REAL DE ANGOLA(1700 Á 2022)**

**FAUSTINO MOMA TCHPESSE**

## **1.INTRODUÇÃO**

A presente reflexão tem como objectivo conhecer as fases que rescrevem a verdadeira história do povo de Bailundo olhando para a sua cronologia que começa com o Rei Katiavala e termina com o reinado de Katchiotipololo; de referir que a nossa fundamentação visa buscar a compreensão antropológica e filosófica do reino da toupeira real de Angola (M'balundo).

Ademais, apresentaremos as origens dos povos Ovibundos, as suas regiões e a diversidade de suas tradições, sem esquecer a força que os caracteriza. Estes povos normalmente estão localizados no planalto central (centro de Angola) que por sua vez as suas histórias foram muito marcantes na sociedade angolana. Então falar desse povo é falar um pouco da cultura e das tradições angolanas no planalto central. No entanto poderemos fazer o detalhe de cada cultura, neste caso Bailundo. Assim vale lembrar que nos últimos vinte anos, nomeadamente desde os finais dos anos oitenta do século XX, a problemática das autoridades tradicionais africanas e da sua relação com os estados independentes tomou foros de agenda política e académica de enorme relevo.

Na sequência da crise generalizada dos estados africanos independentes; da consciência, no final da década de oitenta, da deficiente governabilidade dos aparelhos administrativos estatais e suas elites políticas nacionais; e do falhanço dos sucessivos modelos de desenvolvimento e das estratégias de reajustamento estrutural; e correlacionada com a emergência de novas dinâmicas políticas, endógenas e exógenas, centradas nos processos de transição e consolidação do multipartidarismo; na crença das virtualidades das sociedades civis africanas; dos processos de descentralização político-administrativa e de uma hipotética democracia participativa regeneradora das assimetrias internas; as autoridades tradicionais ressurgem e reassumem papéis e estatutos sociais "adormecidos" desde o final do colonialismo.

Estado angolano necessitou «de estender a sua autoridade à totalidade do território, iniciando um processo de formação e consolidação em zonas onde a sua presença era fraca,

ou mesmo inexistente» (FLORÊNCIO, 2005). No caso das populações Ovimbundu, são quase inexistentes estudos actuais sobre as autoridades tradicionais; sócias sobre a situação das autoridades tradicionais e sobre a sua legitimidade faces às populações, dinâmicas e conflitos internos e, por conseguinte, sobre o papel que podem desempenhar neste processo de reconstrução do Estado local.

No entanto, tomando como modelo comparativo o que se vem passando na generalidade dos países africanos, desde os finais da década de oitenta, é de esperar que as autoridades tradicionais Ovimbundu constituam um grupo de actores políticos locais de forte legitimidade para as populações, com uma importância relevante na condução dos processos de desenvolvimento socioeconómico e de formação e consolidação do Estado.

Neste sentido, esta investigação, que se centra sobre reino do M'Balundu, no actual município do Bailundo, província do Huambo, constitui uma abordagem a esta problemática e pretende colmatar precisamente a ausência de estudos concretos sobre esta instituição de poder tradicional do reino do M'Balundu, da sua evolução histórica, condições actuais de existência e de reprodução sociopolítica, e capacidade de influência da vida das populações, numa zona do país de fulcral importância, quer do ponto de vista histórico, económico, político e social.

## **2. PERSPECTIVA HISTORICA DO REINO OVIMBUNDO**

Segundo José Redinha, as populações que actualmente se designam de Ovimbundu constituem o maior grupo etnolinguístico angolano, cerca de um terço do total da população, e subdividem-se em 15 subgrupos, de entre os quais de destacam os denominados de Huambos, de Bienes e de Bailundos. Os Ovimbundu ocupam uma faixa territorial rectangular entre o litoral e o planalto central da zona do Huambo e Bié (REDINHA, 1974, p. 39).

As origens dos Ovimbundu não são muito claras, e Gladwyn Childs fala do herói fundador Feti, e do mito da fundação, primeiro lugar de ocupação dos Ovimbundu, num local perto da confluência dos rios Kunene e Kunyonãmu (CHILDS, 1970, p.241).

Os Ovimbundu possuem um imbricado sistema de parentesco, que se expressa num modelo de dupla-descendência: patrilinear (a *oluse*) e matrilinear (a *oluina*). A *oluse* define actualmente o modelo de sucessão política e, deste modo, todos os cargos de autoridade e poder, do *sekulu* ao *ossoma*, transmitem-se por via patrilinear. Por sua vez,

o sistema matrilinear, a *oluina*, definia e os modos de transmissão da propriedade e da organização da vida económica, incluindo o comércio caravaneiro (ARJAGO, 2002).

Os clãs matrilineares possuíam os seus próprios chefes, através do tio materno (*manji a nyōho*), que possuía poderes políticos e religiosos sobre os membros do seu *ossongo*. Por seu turno, estes chefes dos clãs matrilineares também podiam ser *macotas* do *assoma* (idem; 58-59). Primordialmente, os Ovimbundu traçavam a descendência e as relações sociais predominantemente através da *oluina*, ou seja através do sistema matrilinear, contudo, ultimamente é através da *oluse* que se dá a descendência e a transmissão de propriedade e do poder político.

Alguns autores referem que essa mudança está fortemente associada à influência das igrejas, sobretudo protestantes (ARJAGO, 1999, p.44). Segundo Douglas Wheeler e Diana Christensen, os reinos Ovimbundu, que seriam cerca de vinte e dois nos primórdios do século XX, começaram a formar-se durante o século XVII em resultado da integração de grupos de populações Imbangala, ou Jaga, que se deslocaram do norte e nordeste do planalto e se misturaram com populações que já residiam na região (WHEELER & CHRISTENSEN, 1973, p.55).

Na visão de Bender (2004), os vinte e dois reinos Ovimbundu apresentavam diferentes tipos de constituição e diferente importância política e social, e na sua maioria eram constituídos somente por uma *ombala*, unidade sociopolítica que reunia vários conjuntos de pequenas aldeias, liderada pelo *ossoma*, o soberano. Cada «conjunto de pequenas aldeias denominava-se de *etambu*, e era chefiado por um *sekulu*, ou chefe de aldeia, em geral membro do clã real do *ossoma*, por via patrilinear» (FLORENCIO op. Cit.,).

O *ossoma* detinha o poder máximo, do ponto de vista político e religioso, e era coadjuvado por um conjunto de conselheiros, os *macotas*, constituído pelos seus *sekulu*, por anciãos proeminentes do reino e membros da linhagem real do *ossoma*. Os reinos mais importantes seriam os do Bié, Bailundo e Huambo, que pela sua dimensão (eram constituídos por numerosos conjuntos de *olumbala*) e posição geográfica dominavam a quase totalidade do planalto central e do comércio caravaneiro com o interior do continente. Vários *olossoma*, menos importantes, eram membros dos *olossongo* reais do Bié, Bailundo e Huambo e dependiam, do ponto de vista político e religioso, destes soberanos (WHEELER E CHRISTENSEN, Op. Cit., p. 58-59)

## 2.1. O reino toupeira real Mbalundo

O reino do M'Balundu é o maior e um dos mais importantes entre os reinos Ovimbundu. De acordo com Gladwyn Childs, o reino do M'Balundu chegou a incorporar reinos não-Ovimbundu e chegou a dominar até ao rio Kuanza (CHILDS, 1970, p246). Ao longo da sua história, o reino do M'Balundu sofreu um conjunto de profundas influências e transformações, sobretudo a partir da dominação colonial portuguesa, e mais concretamente a partir de 1902, data da última sublevação dos Bailundos contra o domínio colonial.

A partir dessa época, o reino perdeu a sua independência e foi progressivamente submetido à lógica político-administrativa colonial, destacando-se nesta vertente duas dimensões:

- a) a subordinação das suas estruturas políticas ao poder administrativo colonial e;
- b) a progressiva diminuição da base territorial do reino (NETO, 2002b).

No período pré-colonial, a *ofeka* do M'Balundu ocupava uma vasta região do planalto central, a partir do seu centro fundador, a montanha de Halavala. Florêncio defende que a partir de 1902 a *ofeka* foi progressivamente restringida na sua base territorial e submetida à lógica das divisões administrativas coloniais, até se confinar aos seus actuais limites, que correspondem, grosso modo, ao actual município do Bailundo e algumas regiões dos municípios adjacentes (FLORÊNCIO, 2005).

Segundo a história oral local, o reino do M'Balundu foi fundado, provavelmente no século XVI, por um caçador de nome Katiavala, que veio da região de Sumbe, ou Seles, na actual província do Kwanza Sul.

### 2.1.1 Diálogos socrático sobre a história do Mbalundo contada por Ekuikui IV:

[...] Antes do início do reinado, já existia Umbulu e o Katiavala, e as suas famílias. Foi no tempo em que nem se conhecia a raça branca. Muito menos a arma, canhangulo. Viviam apenas como gente, povo.(...) Então ele [Katiavala] foi a descendência da família do rei, até o ponto da colonização portuguesa.( ... ) O reinado da Katiavala vem de Seles, donde saíram estes reis todos. O Socassange era o pai do Katiavala. São provenientes de Seles, província do Kwanza Sul. O objectivo da sua instalação por cá foi por causa da caça, à procura de animais. De Seles para cá então se instalaram numa ombala chamada Ngonga. Entretanto naquela altura devido à muita caça que conseguiam, caçavam e vendiam,

conseguiram fazer a criação de gado bovino. Os pastores deste gado eram Katiavala e o soba Ndalo. Naquela altura a alimentação era só na base da carne de boi. (...) Katiavala não era soba não, era pastor até.[...]os pastores tinham aquela necessidade de comer carne de boi. Então naquelas circunstâncias, os dois pastores chegaram a um método para se poder abater uma cabeça (de gado). [...] os dois pastores aguçaram uma vara e introduziram no ânus de um animal. Ao tirarem aquele pau as miudezas do ventre tapa automaticamente o ânus, e impede a evacuação e fez com que fermentasse a barriga do animal e o boi morre. Naquela altura aqueles que pretendiam comer a carne então ficaram satisfeitos, mas o dono do animal ficou aborrecido. Este método foi utilizado por duas vezes. O dono dos animais ficou triste por não encontrar a doença que estava a matar o seu gado. [...] havia um espia que foi denunciar ao dono dos bois dizendo que quem está a criar aquela situação eram os próprios filhos da casa [Katiavala e Ndalo]. Então dali o dono dos bois [Socassange, pai de Katiavala e Ndalo] ficou tão irritado com os pastores, então a acção do dono dos bois criou a fuga do Katiavala e do soba Ndalo. [...] Nessa altura, aqui na montanha onde nos encontramos (montanha sagrada de Halavala, onde se encontram os túmulos de Katiavala e Ekuikui II), já se encontrava Umbulu Tchingala. Então Katiavala achou que tinha que vir até cá para apresentar-se ao rei. [...]Então Katiavala ao dirigir-se a esta gente, aqui já existia uma camada jovem nestas gentes, e foi bem recebido porque era visita, e perguntaram-lhe donde vinha e ele disse que vinha da ombala Ngonga, e perguntaram-lhe de novo 'o que é que veio fazer?' e ele dizia que era caçador e que encontrava-se naquela montanha de Sambo, bem recebido, e foi-lhe dito 'então fica lá onde estás. Nós por cá também temos nosso caçadores e ficamos por *aqui*. Naquela altura de caça o Katiavala sempre que caçava um animal tirava sempre uma coxa então enviava ao Umbulu Tchingala. Era uma oferta aos reis que se encontravam aqui. Também os caçadores de cá quando matassem então recordavam-se da oferta que o Katiavala fazia e então também levaram uma prenda, então foi oferecido ao Katiavala um dos braços (o membro posterior de uma peça de caça).

O Katiavala ficou pouco satisfeito e recordou-se que sempre que ele matava um animal levava para aquela família uma coxa e então como é que ao contrário em vez de trazerem a coxa trazem o braço? Para ele significou uma ofensa. Então o Katiavala cria uma oportunidade, à medida que aqui se planeava uma caçada, tendo ficado aqui apenas mulheres e crianças, Katiavala sobe até esta montanha com a sua espingarda. As casas eram de capim, ele foi amarrando alguns feixes de capim, então disparou o canhango, como na ocasião a população não conhecia a arma a população ficaram todos um tanto ou quanto assustados e

ele foi incendiando os feixes de capim. Então daqui alguém foi ao encontro daqueles que estavam em caçada para dizer de como o Katiavala tinha incendiado a aldeia. Então alguns caçadores suspenderam a caça e vêm ao encontro do prejufw. O Katiavala ao dar conta de que os residentes estavam a vir ao seu encontro então fez um segundo disparo e aumentou a chama, meteu mais capim e a chama foi crescendo. Então os que vinham ao seu encontro já não chegam e meteram-se em fuga. E dali correu [o Katiavala] com toda a população e fugiram. Foi quando Katiavala sobe até aqui na montanha [instala-se), saindo do sitio onde estava. Então é dali onde começa o reinado." (in EBai2004).

Nesta região existiam originalmente cinco aldeias, *kimbu* : Halavala, Tchilapa, Ngola, Ndulu e Viyé. Cada *kimbu* organizava-se em torno de grupos de parentes e eram politicamente independentes uns dos outros, não existindo uma organização política central. Foi Katiavala que, ao dominá-los, deu unidade política a estes *kimbu*, fundando assim o reino de M'Balundu, e fazendo-se entronizar com o título de Katiavala I. Pelo relato exposto, Katiavala teria dominado essas populações pelo facto de deter uma vantagem tecnológico-militar, pois já possuía uma espingarda, um canhangulo. Ao criar o reino do M'Balundu, Katiavala introduz dois princípios fundamentais: centraliza politicamente as aldeias e introduz um facto cultural novo, e que marca ainda na actualidade a identidade cultural M'Balundu, o culto dos reis, através de dois cultos diferentes: o culto dos crânios reais, guardados nos *akokotos* e dos corpos, guardados nos *etambu*<sup>73</sup>. Continuando no relato do *soma inene* Ekuikui IV:

Depois de se instalar aqui na montanha Katiavala mandou chamar os chefes dessas cinco aldeias, que vieram ao encontro de Katiavala. Então Katiavala com a sua espingarda ao ombro recebeu aquelas visitas e disse-lhes que a partir daquela altura não queria ouvir nenhuma sentença naquelas aldeias sem que a sentença fosse resolvida apenas nas suas mãos. Quando pensa fundar o seu próprio reino manda chamar o seu pai. Dali mandou novamente chamar os soma dessas cinco aldeias. Então todos reunidos aqui é quando o Katiavala diz 'a partir de hoje eu vou iniciar com o sobado: (...) Katiavala mandou cavar um buraco e mandou meter lá a cabeça de um galo, cabrito, porco, cão, boi e a cabeça de uma pessoa. la iniciar o reinado com aquele costume.(...) E o Katiavala mandou os seus homens para que apanhassem um homem, desde que estivesse a andar isolado, e trazer a cabeça e deixar o corpo abandonado. Por ser uma ordem de Katiavala os seus homens foram ao terreno e trouxeram uma cabeça e a cabeça foi depositada naquele buraco. Então mandou tapar aquele buraco e sobre aquela campã plantou uma árvore chamada de Olumbi, que cresce rapidamente" (in EBai2004).

Ao fundar o reino, Katiavala introduz também a sua designação, a partir de um costume local que o precede, pois os homens dessa região pintavam um risco preto desde a testa até à ponta do nariz e que designavam por *ombalundu*. Katiavala teria então associado este costume local ao *m'balundu*, toupeira-real que tem um risco semelhante, mas

branco, passando assim a designar esta terra por *M'Balundu*.(EDUARDS, 1962). Segundo o relato de Augusto Katchiopololo:

"(...) uma vez que o início do reinado já estava a crescer apareceu um ratinho que se designa por toupeira, em Umbundu onete, aquela toupeira trazia um sinal na testa. O Katiavala apanha aquela toupeira, pegou nela e com o sinal bate nele na testa, no peito e no pescoço, dali recordou-se logo de Umbulu Tchingala que viviam aqui, eram eles que viviam aqui, eram eles que tinham a tradição de um sinal preto que partia da testa até ao nariz. Aquele sinal é que tinha o nome de M'Balundu. Dali o Katiavala achou que o nome de Halavala seria designado de M'Balundu. O significado de M'Balundu é o seguinte, «**eu ainda que estiver coberto por um chapéu, de boas roupas, de sapato, tenho tudo tapado menos a testa, que é difícil ser escondida**». M'Balundu é uma coisa vista por todos. É assim que surge o nome de M'Balundu, excluindo de uma vez por todas o nome de Halavala" (in EBai2004).

As actuais estruturas de poder tradicional do reino M'Balundu têm-se mantido relativamente estabilizada, quanto à sua forma, desde o período pré-colonial. Ela engloba um número significativo de escalões e de figuras de poder que, na sua globalidade enquadram o que se denomina de autoridades tradicionais. O processo de sucessão nos cargos de *ossoma inene* e *ossoma* é hereditário, mas ao longo da história têm vindo a sofrer progressivas alterações (REDINHA, 1974).

No período pré-colonial o processo de sucessão era eminentemente matrilinear. Viegas, defende o facto de que naquela época «o soberano escolhia ainda em vida o seu sucessor que, em geral seria o filho primogénito da irmã mais velha»(VIEGAS, 2004). Contudo, o soberano podia ainda optar por outras escolhas, tais como um irmão, ou até um tio, irmão da mãe(Id.,). No entanto, desde o período caravaneiro que o sistema tem vindo a transformar-se passando progressivamente a patrilinear.

Na actualidade o sistema é predominantemente patrilinear, recaindo a escolha num dos filhos do falecido *ossoma*, mas existem fortes elementos de bilateral idade, uma vez que os filhos das irmãs não estão completamente excluídos da sucessão. Como refere o *ossoma* de Chijamba, Jino Kaiangula, "antigamente a sucessão era mais para o lado do sobrinho. Começou a passar mais para o lado dos filhos, agora é mais para o lado dos filhos, ou pelo filho de um irmão" (in EBai2004-4). Por outro lado, na actualidade ainda se mantém a prerrogativa do *ossoma* escolher ainda em vida o seu sucessor, como refere o *ossoma* de Chilala, " antes de morrer o soba já indica 'se eu morrer vai o fulano: mesmo dentro da família' (in EBai 2007).

Em raras excepções o sistema tradicional de sucessão permite que seja nomeado o esposo de um irmã do falecido *ossoma*. Bender advoga que do ponto de vista da história e da

sua cronologia o soba o eleito na ombala recebe o título de *handanga*, e na prática governa em nome da esposa. Em qualquer dos casos a sucessão recai sempre dentro de um elemento do *kukululu* real, que tem como antepassado fundador Katiavala (FLORENCIO, 2005 texto grifado). Assim, importa referir que, na prática e tal como acontece noutros exemplos etnográficos, no processo de sucessão entra em jogo um conjunto de factores determinantes: a intervenção do *mwekalia*, que em certas *olumbala* nomeia o futuro sucessor; seguindo-se a consultado *ocimbanda* nos *akokoto* aos espíritos dos falecidos *olossoma*; e a aprovação final do *elengo*, tal como defende (NETO, 2002).

Finalmente, o rei tem que aprovar a escolha do futuro *ossoma*. Por sua vez, o cargo de *sékulu*, ao contrário dos *olossoma*, não é herdado mas sim eleito pelos homens velhos do *kimbu*. Segundo o actual rei Ekuikui IV, "o poder do *sékulu* não passa por uma eleição mas acontece o seguinte, numa aldeia as pessoas conhecem-se e escolhem alguém que tenha capacidade para disciplinar aquela aldeia. Mas não é hereditário.(...) Na morte de um *sékulu* os mais velhos da aldeia reúnem e nomeiam um outro:" (in EBai2004).

A lista dos *ossoma inene*, ou seja de soberanos do reino do M'Balundu, desde o fundador até à actualidade, é a seguinte:

1. Katiavala I, (cerca de 1700 (Childs, 1970: 245);
2. Jahulo I, (cerca de 1720 (Childs, 1970: 245);
3. Somandulo, (s/d);
4. Tchingi I, (1774-1776);
5. Tchingi II, (Tchiliva Banbangulu, 1778);
6. Ekuikui I, {1780};
7. Numa I, {s/d};
8. Hundungulu I, (s/d);
9. Tchissende I, {s/d};
10. Junjulu, (s/d);
11. Ngungi, (s/d);
12. Chivukuvuku Chama, (Tchongonga, s/d);
13. Utondosi, (1818-1832);
14. Bungi, {1833-1842};
15. Bongue, (1842-1861);
16. Tchissende II, (1816-1869);
17. Vassovava, (1869-1872);



18. Katiavala II, (1872-1875);
19. Ekongolihombo, (1875-1876);
20. Ekuikui II, (1876-1890)\*;
21. -Numa II, (1890-1892);
22. Moma, (1895-1896);
23. Kangovi, (1897-1898);
24. Hundungulu II, (1898-1900);
25. Kalandula, (1900-1902);
26. Mutu-Ya-Kevela, (1902-1903);
27. Tchissende III, (1904-1911);
28. Kandimba Jahulu, (1911-1935);
29. Mussitu, {1935-1938};
30. Tchinendele, (1938-1948);
31. Filipe Kapoko, (1948-1970);
32. Félix Numa, (1970-1982);
33. Tchongolola, (José Maria Pessela, 1982-1985);
34. Ekuikui III, (Manuel da Costa, 1985-1996);
35. Ekuikui IV, (Augusto Katchitiopololo, 2002...)

Apesar da composição do *elengo* variar de *ombala* para *ombala*, em geral é composto pelos seguintes elementos (FLORENCIO, 2008):

- a) Mwekalia (figura maior do elengo, pode propor a nomeação e a destituição do assoma; pode substituí-lo em certas circunstâncias);
- b) Epalanga (ajudante, pode ser um irmão do assoma e viver na ombala);
- c) Kaley (atende às preocupações e questões colocadas pela população e apresenta-as ao assoma);
- d) Nganbole (executa um papel importante nos julgamentos pois é ele quem profere a "última palavra" ou a "sentença final");
- e) Komandanti (conselheiro; sem papel específico);
- f) Tchilala (coordena o embelezamento e limpeza dos etambu, unta as visitas da ombala);
- g) Tchikola (auxiliar do Tchilala);
- h) Tchikakula (é o responsável pela recolha das multas pagas nos julgamentos tradicionais e as guarda na ombala);

- i) Kesenje (recebe as visitas na ombala);
- j) Henjengo (serve como polícia nos julgamentos tradicionais);
- k) Utchilã (espécie de "animador" do assoma);
- l) Ndalú (responsável pela manutenção do fogo sagrado da ombala);
- m) Tchitonga (responsável pela manutenção do ondjangó, espécie de "casa dos homens" da ombala); Chindako (conselheiro; sem papel específico);
- n) Kassoma (conselheiro; sem papel específico; em geral um irmão do assoma);
- o) Sassoma (igual ao Kassoma);
- p) Mwetchalo (guarda-costas do assoma);
- q) Nunume (recebe as ordens do assoma); Sunguhanga (nos julgamentos tradicionais nomeia as milícias responsáveis pela detenção do culpado).

Além do *elengo*, os *olossoma*, e sobretudo o *assoma inene*, também se rodeiam de um outro grupo, constituído pelas suas esposas. As rainhas, como também por vezes é designado este conjunto de esposas dos soberanos, desempenham igualmente um papel relevante na estrutura de poder tradicional. A primeira esposa do *assoma inene*, a *inakulu*, desempenha um papel de grande relevo político no aconselhamento, e é verdadeiramente a rainha.

Para Eduards o «*ossoma inene* possui ainda outras esposas, que desempenham tarefas específicas, mas sem relevância política, tais como:

- a) a *nangandala*, cuja função principal é a de transportar os pertences do *ossoma*;
- b) a *siya*, que acompanha o *ossoma inene* em todas as suas actividades;
- c) a *mbaravela* e a *chiwi-chipembe*, cujas funções principais são a preparação das refeições na *ombala* e a acomodação das visitas (EDUARDS, 1962).

## 2.2 Reino do Bailundo

O Reino Bailundo, ou Reino Mbalundu, foi um Estado nacional africano localizado no Planalto central de Angola que tinha como capital a cidade de Halã-Vala (depois Bimbe-Katapi), que actualmente chama-se Bailundo. Em seu auge, seu território compreendia boa parte das províncias do Huambo, Benguela, Bié, além de uma pequena porção da Huila, sendo a maior das entidades nacionais dos ovimbundos.

Sua formação como entidade nacional se deu por volta de 1700, sob a égide do Soma Inene (Rei) Katyavala Bwila I, sendo que só foi finalmente subjugado pelo Império central

Português em 1903. Suas tradições, no entanto, permanecem na monarquia subnacional bailunda que assenta-se na cidade de Bailundo.

O reino inicialmente tinha o nome de "Halavala", em alusão ao monte homônimo, principal referencial geográfico da região. A mudança para o nome "Mbalundo" se deu em consequência de um costume local de uso de um adorno corporal que se chamava "ombalundo": Mbalundo pode significar também uma "toupeira com uma listra branca na testa. Em 1700 Katyavala Bwila I, fugido de conflitos com sua tribo, deixa a região do Humbe, rumo ao Planalto central de Angola, chegando ao monte Halavala (FLORENCIO, 2005;2008).

Sob seus auspícios, cinco ombalas (cidades) da região, Halã-Vala, Quiaca, Calique, Andulo e Vilé, uniram-se sob sua figura, fazendo-o seu grande Soma Inene, o grande monarca dos bailundos, assentando-se na ombala de Halã-Vala (depois Bimbe-Katapi). O reino sobreviveu tranquilamente até que os anseios coloniais portugueses alcançaram definitivamente a região, marcado pelo envio de um juiz em 1771, e; de um capitão-mor em 1785 (FLORENCIO, 2005).

Sob o reinado de Chingui I (1774-1776), o reino quase foi dissolvido, além de entrar em colapso econômico pois, ao empreender a primeira guerra contra o poder colonial onde principalmente a segunda batalha tendo causado um efeito terrivelmente nefasto aos bailundos, o reino perdeu duas de suas cinco cidades ao final da mesma, já sob o reinado de Chiliva Bambangulu Chingui II (1776-1778) (FLORENCIO, op. Cit.,).

O reino permaneceu fragilizado devido à presença colonial portuguesa, até que Chivukuvuku Chama Chongonga assumiu como 12º Soma Inene dos bailundos, em 1818. Este revolveu tomar como política primordial a defesa das fronteiras de Bailundo, organizando uma tropa regular com oficiais, ante o avanço dos colonos portugueses. Seu reinado foi curtíssimo (terminou em 1818), mas sua política influenciou definitivamente para a viragem de rumo do reino. O ápice do reino Bailundo viria ocorrer sob o reinado do Soma Inene Jolomba Chissende Ekuikui II (1876-1890), considerado um diplomata exímio e político muito hábil. Evitou o conflito militar com Portugal, dando-lhes certos privilégios, além de incentivar a produção agrícola, fazendo do seu reino um celeiro para abastecer a África ocidental Portuguesa. Durante seu reinado, por meio de muitas alianças, o território Bailundo cresceu, atingindo o ápice, comportando 50 ombalas, 300 aldeias e 450 mil

habitantes. Os poucos conflitos em seu território não afetaram a estabilidade de Bailundo (FEIJO,2000).

Com a subida do Soma Inene Numa II (1890-1892), e a interferência do capitão português Justino Teixeira da Silva o reino entrou em rota de colisão com Portugal, levando à segunda guerra (1891-1903).O conflito tomou proporções muito grandes, com diversos crimes de guerra cometidos pelo lado português, tais como saques, estupros em massa, massacres e escravidão de prisioneiros civis. Embora o reino Bailundo resistisse, o combate mostrava-se mais decisivo pelas tropas lusitanas, que avançavam a cada batalha (FLORENCIO, Id.,).

Essa situação só alterou-se momentaneamente com a subida ao poder do Soma Inene Mutu-ya-Kevela (1902-1903), que desde o reinado de Kalandula (1900-1902) tinha o comando das tropas do Reino Bailundo. Este reorganizou a força militar bailunda, que lhe rendeu algumas vitórias, além de constituir uma aliança estratégica com o rei Samakaka, monarca do reino do Huambo, que lhe deu ainda mais poder de fogo.

Porém, em 1903, um duro golpe foi dado na até então vitoriosa estratégia de Mutu-ya-Kevela: O padre Gueep da Missão Católica do Hanga, sob a justificativa de uma missão diplomática em favor dos bailundos, entregou as posições militares do reino aos portugueses, sob comando de Massano de Amorim. Assim, em 1903, caía definitivamente a autonomia do Reino Bailundo. Após a queda, Teixeira da Silva ergue, em 16 de julho de 1903, o Posto do Bimbe-Katapi, na então capital do reino. Esta posteriormente viria a ser denominada de Vila Teixeira da Silva.

### **2.3. Organização territorial**

Os reinos do Planalto dividiam-se também em províncias, os Tumbus, e estes em distritos. Cada Tumbu era constituído por numerosas aldeias e cada uma delas em bairros. Os chefes de todas estas organizações eram os Muene. Os da província eram nomeados pelo rei, os restantes eram nomeados pelo povo, depois de consultado o Conselho de Velhos.

### **2.4 Organização económica**

Economicamente, o estado do Bié era potencialmente forte no domínio da agricultura, mercê das abundantes chuvas, sendo a produção de milho e feijão muito intensa. Da criação de gado bovino, ovino e caprino aproveitavam o leite, as peles e a carne. Recolhiam produtos da floresta como o mel e a cera, e da caça aos elefantes extraíam o marfim e a pele. Sendo

hábeis utilizadores da metalurgia do ferro, produziam uma série de instrumentos agrícolas, de caça e defesa que foram úteis em diversas actividades desenvolvidas pelos Ovimbundu durante os séculos da sua existência.

Com a abolição do tráfico de escravos, a região voltou a merecer a atenção das autoridades portuguesas, mais no sentido da repressão do que da implementação de um projecto de desenvolvimento autónomo. Nesta época, a presença portuguesa circunscrevia-se, a norte, às feitorias de Benguela Velha, fundada no século XVII, Novo Redondo, fundada por Sousa Coutinho, assim como Kikombo e Egípto.

As fortalezas encontravam-se em ruínas e as respectivas guarnições dificilmente se aventuravam fora das muralhas. No interior de Benguela encontrava-se Catumbela, que atingiu o auge económico entre 1864 e 1874, com o comércio da urzela, do marfim e da goma, e o Dombe Grande, cercado pelos pastores Dombes, cujo forte foi construído em 1847.

Para leste, situava-se o forte de Kakonda, criado em 1169, herdeiro da antiga Kakonda Velha, incrustada mais a oeste, na Hanha e que teve de ser abandonada por se ter tornado insustentável a sua situação. Por último, Kilengues, a sudoeste de Kakonda, antiga Salvaterra de Magos que, embora possuísse um regente e alguma tropa tal como as restantes bases, estava à mercê da vontade da autoridade política dos dirigentes dos povos locais.

## **2.5 O comércio de longa distância dos Mbundu**

As primeiras notícias escritas sobre a prática de comércio entre os Mbundu, mais concretamente no reino do Ndongo, foram dadas por missionários jesuítas (portugueses e castelhanos), que integraram a comitiva de Paulo Dias de Novais, aquando da sua primeira viagem às terras de Ngola Kiluanje em 1560, movidos pela ambição da expansão comercial e das suas potencialidades minerais.

É de entender que a parte Atlântica dos Mbundu, ao contrário das frentes norte e leste, não dispunha de comunicações activas com o mundo exterior. Deve ter existido um tráfico marítimo local, de têxteis e sal, praticado ao longo da costa, tal como existiu na África Ocidental. Canoas escavadas num só tronco e alguma pesca costeira devem ter precedido a chegada das caravelas portuguesas. Todos os dias surgiam nas suas terras mercados onde eram comercializados os seus artigos. O sal servia de moeda e com ele compravam o que precisavam. Aos seus territórios afluíam povos de diversas regiões, sejam vizinhos ou os de áreas mais afastadas. Havia feiras e mercados que, vistos como um fenómeno universal, eram a sequência lógica da organização de um espaço urbano em que os produtores se obrigam a

dar um destino adequado aos seus excelentes, provocando-se naturalmente a expansão das transacções comerciais, apesar de estas variarem de acordo com o volume de mercadorias que intervêm neste tipo de operações.

### **3.O REINO DO M'BALUNDU E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL REVOLTAS E ALIANÇAS DOS REINOS DO PLANALTO**

Até aos finais do século XVIII a presença da administração portuguesa nesta região era praticamente inexistente, restringindo-se à região costeira, onde existiam algumas fortificações, tais como a de Benguela Velha (mais tarde denominada Porto Amboím) e a de Novo Redondo (actualmente Ngunza), fundada em 1768/69 por Sousa Coutinho (PÉLISSIER, 1986, p. 62). Saliente-se que na década de trinta do século XIX a principal presença portuguesa concentrava-se na região da Catumbela (*Idem*, p. 63).

Apesar da fraca presença da autoridade portuguesa nesta região, contudo os portugueses já tinham estabelecido, desde o século XVII, fortes relações comerciais com o *hinterland* das terras altas do planalto central, conhecidas pela designação de "terras do Nano~ Vários mercadores portugueses já se tinham estabelecido no planalto central, desenvolvendo relações comerciais com os Ovimbundu, pelo menos desde o século XVII (NETO, 2000). Neste período, os Ovimbundu tinham já desenvolvido um forte sentido comercial, controlando e organizando caravanas comerciais que ligavam o interior do continente com os centros comerciais costeiros.

As relações entre as autoridades portuguesas e os Ovimbundu foram sempre extremamente ambíguas, marcadas ora por alianças precárias com certos *olossoma*, ora, sobretudo, por uma enorme conflitualidade, bem documentada para o período a partir de finais do século XVIII. Nesse capítulo, o século XIX foi farto em guerras entre os Ovimbundu e as autoridades portuguesas. Os portugueses procuravam incessantemente controlar os *olossoma* Ovimbundu, para assim controlarem o comércio caravaneiro com o interior do continente africano. No caso do reino do M'Balundu, as autoridades portuguesas lançaram um forte ataque contra este reino entre 1874 e 1876, obrigando o *ossoma inene* a prestar vassalagem às autoridades portuguesas, estatuto que na prática não tinha qualquer expressividade pois o reino continuou praticamente independente (PÉLISSIER, 1986,p. 69).

As autoridades portuguesas estabeleciam constantes alianças com os *olossoma* Ovimbundu no sentido de os utilizarem, mesmo que temporariamente, uns contra os outros,

numa clara demonstração da política do "dividir para reinar": Assim sucedeu entre 1852/53 e entre 1863 e 1867, quando populações Seles se revoltaram e atacaram algumas aldeias portuguesas e as autoridades socorreram-se da ajuda dos *olossoma* do Huambo, Bailundo e Galanga para aplacar as revoltas (Op. Cit.,p. 166-167). Contudo, a rivalidade entre os reinos Ovimbundu e as autoridades portuguesas não impedia que as trocas comerciais florescessem nesse período, e a Catumbela tornou-se um próspero lugar de troca com as caravanas Ovimbundu, que vinham do interior, do Bié e do Bailundo (Id., p.170).

A instabilidade que se sentia nesta região central não se apaziguou com a realização da Conferência de Berlim, e as primeiras décadas do século XX foram mesmo bastante sangrentas. Além de numerosas revoltas de *olossoma* de menor importância, destaca-se, logo em 1902, uma grande revolta de populações Seles, que chegou a colocar em perigo a capitania de Novo Redondo, tendo sido dominada apenas em 1908 (PÉLISSIER, 1986, p. 39-42).

De Maio de 1917 a Junho de 1918, os Seles rebelaram-se novamente contra as autoridades portuguesas. Mais uma vez os portugueses recorreram à colaboração de *olossoma* Ovimbundu, nomeadamente do M'Balundu, para constituir uma coluna militar de maioria africana e esmagar a revolta. Segundo René Pélissier estas revoltas dos Seles estavam fortemente relacionadas com o tráfico de escravos, que no início do século XX ainda persistia na região e afectava enormemente estas populações, e com os interesses dos colonos portugueses que, desde os finais do século XIX, se mostravam cada vez mais atraídos pela produção de café, na região dos Seles, (Op. Cit.,p.44-45).

Esta estratégia das autoridades portuguesas em estabelecer e promover alianças esporádicas com soberanos Ovimbundu, sempre que enfrentavam dificuldades militares, esteve igualmente na base do esmagamento da revolta do reino do Bié, em 1890, governado pelo *ossoma* Ndunduma. Nessa ocasião, as autoridades coloniais de Benguela apoiaram-se no auxílio do *ossoma inene* do M'Balundu, Ekuikui II, para esmagar aquela que seria a última fonte de resistência do reino do Bié à penetração colonial portuguesa (Id., p.69-74).

A fragilidade destas alianças, e no fundo a incapacidade de dominação das autoridades portuguesas neste final do século XIX e início do século XX, encontra-se bem expressa na revolta dos "Bailundos": em 1902, que rapidamente transbordou das fronteiras deste

reino e mobilizou um grande número de reinos Ovimbundu. Para René Pélissier as razões desta revolta prendem-se com dois tipos de factores:

a) A queda dos preços da borracha, que no final do século XIX constituía a principal mercadoria das caravanas que faziam a ligação comercial entre o interior do continente e as feitorias portuguesas do litoral;

b) A crescente presença e influência de missionários protestantes, nomeadamente dos missionários da *American Board of Commissioners for Foreign Missions*, que se tinham instalado no reino do Bailundo durante o reinado de Ekuikui II (1876-1893) (PÉLISSIER, 1986, p.80-81).

Por sua vez, Douglas Wheeler e Diane Christensen defendem que as razões da revolta prendem-se sobretudo com a conflituosidade existente entre os reinos Ovimbundu e as autoridades portuguesas. Segundo estes autores, os conflitos derivavam das sucessivas tentativas dos Ovimbundu em resistirem à crescente dominação portuguesa e tentarem preservar a sua independência (WHEELER E CHRISTENSEN, 1973, p. 61-63).

Estes autores não discordam que as missões protestantes, sobretudo a ABCFM, tivessem uma forte influência na revolta dos Ovimbundu, apesar dos missionários não se terem envolvido directamente. Estas missões estavam em franca expansão no planalto e as suas escolas, onde se ensinava nas línguas Umbundu e Inglesa, constituíam um forte atractivo para as elites locais, sobretudo os mais jovens. Por outro lado, os missionários envolviam-se política. Em geral chefes pequenos, ou mesmo *olosseku* subordinados aos grandes monarcas.

A revolta do M'Balundu (Bailundo) surgiu durante o reinado do *ossoma inene* Kalandula mas foi liderada por Mutu-ya-Kavela, que era conselheiro, *macota*, do falecido rei Hundungulu. Mutu-ya-Kevela conseguiu dinamizar vários *olossoma* de pequenos reinos Bienes e Huambos na sua campanha contra os portugueses. Com a morte de Kalandula, durante as hostilidades, Mutu-ya-Kevela foi eleito *ossoma inene* do Bailundo (1902-1903).

As autoridades portuguesas lançaram então várias ofensivas, acabando por dominar a rebelião, submetendo todos estes reinos, incluindo o do Huambo. Segundo René Pélissier(1986, p.100), esta revolta consubstancia o último grande momento de resistência dos reinos Ovimbundu à dominação colonial portuguesa.



Douglas Wheeler e Diana Christensen também concordam que a vitória portuguesa na guerra do Bailundo marca o fim da resistência dos reinos Ovimbundu e a sua inteira submissão à administração colonial. Segundo estes autores, a pacificação dos reinos Ovimbundu permitiu então uma rápida colonização do planalto central, com consequências graves para o modelo económico das populações africanas (Op. Cit.,1973, p.78).

#### 4. CONCLUSÃO

O reino do M'Balundu é o maior e um dos mais importantes entre os reinos Ovimbundu do planalto central angolano. Ao longo da sua história, o reino do M'Balundu sofreu um conjunto de profundas influências e transformações, sobretudo a partir da dominação colonial portuguesa, e mais concretamente a partir de 1902, data da última sublevação dos Bailundos contra o domínio colonial. A partir dessa época, o reino perdeu a sua independência e foi progressivamente submetido à lógica político-administrativa colonial.

Apesar das alterações produzidas durante o período colonial, a estrutura de poder tradicional do reino M'Balundu têm-se mantido relativamente estabilizada, quanto à sua forma, desde o período pré-colonial. Nesse âmbito, ela engloba um número significativo de escalões e de figuras de poder que, na sua totalidade enquadram o que se denomina de autoridades tradicionais, e que se organizam de forma hierarquizada e centralizada a partir da figura superior do rei, o *ossoma inene*.

Importa referir que durante o período de dominação colonial, as autoridades tradicionais do M'Balundu foram integradas no processo administrativo, à semelhança do que sucedeu na maioria das colónias africanas, e sofreram um processo de cerceamento da sua autonomia e das suas prerrogativas de poder e foram chamadas a desempenharem papéis e tarefas para as respectivas administrações coloniais, segundo um modelo do estilo do *indirect rule* britânico, com múltiplas nuances locais e temporais. No que respeita às funções que desempenhavam para a administração colonial, Neto entende que « as próprias autoridades tradicionais do M'Balundu salientam como mais importante: a recolha do imposto anual de cubata; o controlo da mão-de-obra e do trabalho obrigatório, o *contracto*'; o controlo da ordem social, através dos julgamentos tradicionais; o controlo das produções comerciais obrigatórias, como o café e o sisai; e a manutenção das principais vias de comunicação, estradas e pontes (NETO,2002).

Os processos de transformação social ocorridos no planalto central angolano durante o século XX, provocaram igualmente uma forte ruptura na relação de *political accountability*

entre as populações Ovimbundo e as suas autoridades tradicionais (FONGA, 2001). Entre as mudanças ocorridas, o autor salienta o surgimento de novas aldeias, a influência decisiva dos missionários, sobretudo dos missionários protestantes, as rupturas geracionais, e as alterações ao modelo tradicional da organização social do trabalho, alterações essas que provocaram e permitiram o aparecimento de novos actores sociais, tais como missionários, catequistas, professores, enfermeiros, que concorriam directamente com as autoridades tradicionais, em termos de liderança social e de prestígio.

No entanto, à semelhança do que sucedeu noutros contextos coloniais africanos, essa perda de legitimidade das autoridades tradicionais do M'Balundu não foi completa, e as populações, mesmo afrontando-se e confrontando-se com dois sistemas antagónicos de poder e organização social, o tradicional e o colonial, não deixaram completamente de reconhecer no seu modelo de poder e de reprodução social, e nos actores-chaves desse modelo, as autoridades tradicionais, uma maior legitimidade, porque esta constituiu a principal fonte de significados simbólicos.

Assim é mister afirmar que o reino do M'Balundu, como se viu, teve uma importância muito ambivalente nesta relação entre os portugueses e os reinos Ovimbundo. Essa relação de charneira, nesse duplo sentido, teve o seu expoente máximo no reinado de Ekuikui II, cujo túmulo se encontra na montanha sagrada de Halavala, junto do fundador Katiavala, é representado na actualidade como um soberano que consolidou a paz e a prosperidade do reino, e que soube conduzir com diplomacia a relação com os portugueses e com as igrejas, que se instalaram na região durante o seu reinado.

## 5. REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

1. ARJAGO, A. G. (2002). *Os Sobas. Apontamentos etnológicos Sobre os Ovimbundu de Benguela*. Edição do autor.
2. BENDER, G. J. (2004). *Angola sob o domínio Portugal. Mito e realidade*. Luanda: Editorial Nzila.
3. CHILDS, G. M. (1964). The kingdom of Wambu (Huambo): A tentative chronology. *The Journal of African History*, 5 (3), 367-379.
4. \_\_\_\_\_. (1970). The chronology of the Ovimbundu kingdoms. *The Journal of African History*, 11(2), 241-248.
5. EBAI2004: *Ossoma* Manuel Savilinga da *ombala* de }anjo, 79 anos de idade. Comuna de Luvemba, aldeia de Janjo. Entrevista gravada. Devido às "condições" psicológicas do sr. Manuel Savilinga, a entrevista acabou por ser conduzida com um elemento do *elengo*. 03/09/2004.
6. \_\_\_\_\_.2004: Rei Ekuikui IV, *soma inene* do Bailundo, senhor Augusto Katchiopololo, de 90 anos de idade. Vila-sede do Bailundo, montanha sagrada de Halavala. Entrevista gravada. 20/08/2004.

7. \_\_\_\_\_ 2007: Mário Jorge Calesse, de 67 anos de idade, *ossoma da ombala* de Chilala. Aldeia de Bimbe. Entrevista gravada. 01/09/2007
8. EDWARDS, A. (1962). *The Ovimbundu under two sovereignties*. London.
9. Feijó, C. (2000). *O Poder Local em Angola*. Recuperado em 20 de Janeiro de 2010 de <http://www.oaana.oratpoderlo.htm>.
10. FLORÊNCIO, F. (2005). *A Procura dos mambo Vandau. Estado e autoridades tradicionais em Moçambique*. Lisboa: ICS.
11. \_\_\_\_\_. (2008). *Autoridades tradicionais vaNdau de Moçambique: o regresso do indirect rule ou uma espécie de neo-indirect rule?*. *Análise Social*, XLIII (2).
12. \_\_\_\_\_. (2008). *No Reino daToupeira. Autoridades Tradicionais do M'balundu e o Estado Angolano*. Lisboa:ICS.
13. FONGA, (2001). *Fonga na Promoção do Poder Tradicional*. Recuperado em 10 de Novembro de 2003 de <http://www.novavisao.oratno'iidades/tradicional1Lhtro>.
14. LOPES, Júlio Mendes & CAPUMBA, Pedro Almeida (2014). *História da 11ª Classe*. 1ª Edição. Angola : Texto editores.
15. NETO, M. C. (1994). Comércio, religião e política no sertão de Benguela: O Bailundo de Ekwikwi II (1876-1893). *Fontes and Estudos*, 1, 101-118
16. \_\_\_\_\_. (1995). Hóspedes incómodos: Portugueses e americanos no Bailundo no último quartel do século XX. *Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola - Luanda, 3- 6 de Abril de1995*, Lisboa: CNCDP.
17. \_\_\_\_\_ (2002a). *Do passado para o futuro que papel para as autoridades tradicionais?*. *Comunicação escrita no Fórum Constitucional - Huambo, NDI, FES, Universidade Católica de Angola e ADRA-Huambo*, 16-18 Março.
18. \_\_\_\_\_ (2002b) Respeitar o passado- e não regressar ao passado. *MAT, I Encontro Nacional sobre a Autoridade Tradicional*, Luanda, 20-22 Março.
19. \_\_\_\_\_ {2000}. Grandes projectos e tristes realidades. *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885- c.1930)- Actas da 1/1 Reunião Internacional de História de África*, Lisboa: IICT-CEHCA, 513-525.
20. PÉLISSIER, R. (1986). *História das campanhas de Angola. Resistências e revoltas 1845-1941*, vol. I e II, Lisboa: Editorial Estampa.
21. VIEGAS, F. & Katyavala, J. M. (2004). *Relatório Final Estudo sobre o poder residual das autoridades tradicionais: o caso da provinda do Huambo*. MONUA and Development Workshop.

**Enviado:**

**14/12/2021**

**Aprovado aos**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**Faustino Moma Tchipesse**, Mestrando em Gestão Educacional pela Universidade de Desarrollo Sustentable-UDS. Licenciado em Pedagogia pela Universidade Católica de Angola (UCAN) - Instituto Superior Dom Bosco (ISDB). Professor, pesquisador e escritor. [Email: momatchipesse2018@gmail.com](mailto:momatchipesse2018@gmail.com).